

Relatório de Gestão 2018



CREDSUL



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Fazendo uma retrospectiva dos acontecimentos do ano de 2018, podemos dizer que a CREDSUL conseguiu superar, e bem, os momentos de turbulências ocorridos na economia brasileira, como já vinha ocorrendo em anos anteriores, também na política, tão desgastada que nem merece comentários, nas denúncias de novos fatos e pessoas envolvidas em corrupção, no inconstante cenário internacional, dentre outras adversidades que poderiam contribuir para o insucesso da CREDSUL no ano de 2018.

Não obstante, após tantas situações adversas, conseguimos fechar o ano de 2018 com sobras, aumentamos os números de nossos cooperados em 29%; nosso capital social em 52%; nosso ativo em 5%; dentre outros números favoráveis à CREDSUL, demonstrando nossa capacidade de nos reinventarmos para superar crises.

Com novas governanças no cenário nacional e estadual no ano de 2019 e as otimistas perspectivas que se desenha, criaram novas expectativas em todos os segmentos da economia, o que fatalmente deverá levar o país a continuar crescendo de forma equilibrada e sustentável, e devemos acompanhar o seu crescimento, sempre priorizando nossos cooperados, procurando resgatar nossa visibilidade e firmar nossa credibilidade, contando sempre com o apoio de nossa central (CECOOP) que passa por um processo de reformulação, reestruturando todos os serviços para serem oferecidos às afiliadas. Com a filiação de novas cooperativas, contando atualmente com pessoal tecnicamente capacitado e com a implantação de novos





serviços, alguns já disponibilizados, relacionados a novos programas de informações tecnológicas, onde poderemos atender melhor nossos cooperados, vemos como grande a possibilidade de um crescimento substancial da CREDISUL.

Cuidar do presente e planejar o futuro, entender que a globalização não espera, sempre pedindo novos desafios, talvez difíceis de colocar em prática, mas com tenacidade e confiança em nossa equipe, os desafios ambiciosos poderão se tornar a pedra angular para alavancarmos a CREDISUL no rol de grandes cooperativas, afinal, é preciso não só um sonho, mas muitos sonhos grandes.

Seguindo o preceito cooperativista, somos uma equipe e para tanto agradecemos aos nossos colaboradores, aos nossos cooperados,

à nossa central e a todos os envolvidos, para o sucesso da CREDISUL no ano de 2018, nos comprometendo a continuar nosso trabalho com lisura, transparência e honestidade, nunca perdendo o foco proposto em nosso planejamento estratégico, pois nosso maior desafio é retribuir a confiança em nós depositada.

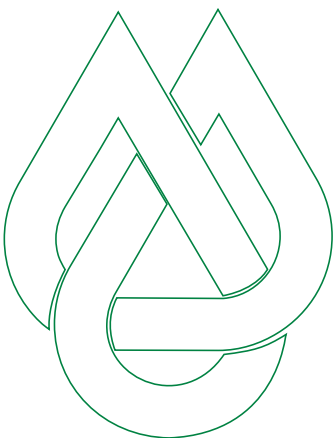
Osmar Hernandes Muniz
Diretor Presidente

DIRETORIA

- **Osmar Hernandes Muniz**
Diretor Presidente
- **Marcelo Miranda Borges**
Diretor Administrativo
- **Elcio Luiz Zerbone**
Diretor Financeiro

CONSELHO FISCAL

- **Edmilson Pecin**
Conselheiro Fiscal Efetivo (Coordenador)
- **Andrea Alves da Rocha Moreira**
Conselheiro Fiscal Efetivo (Secretário)
- **Ernani Carlos Galvão**
Conselheiro Fiscal Efetivo
- **Luciano de Oliveira Coelho**
Conselheiro Fiscal Suplente
- **Saulo Ribeiro Brandão**
Conselheiro Fiscal Suplente



IDENTIDADE COOPERATIVA



MISSÃO

Contribuir com o desenvolvimento econômico, social e cultural dos cooperados.

VISÃO

Ser reconhecida como referência em sociedade cooperativista de caráter econômico, social e educativo.

VALORES

- Responsabilidade social
- Transparência
- Credibilidade
- Ética
- Sigilo Financeiro Profissionalismo Cooperação

DESTAQUES DE 2018



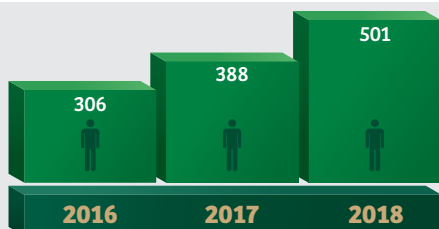
- Aumento do número de cooperados em 29%.
- Aumento do Capital Social em 52,9%.
- Resultado (sobra).



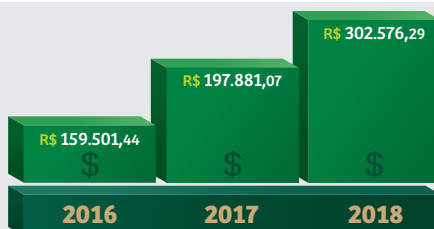
PRINCIPAIS RESULTADOS



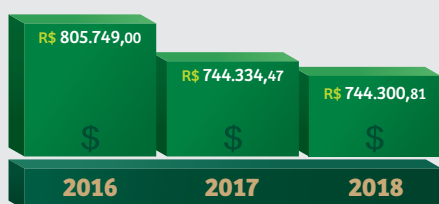
Evolução do Quadro Social



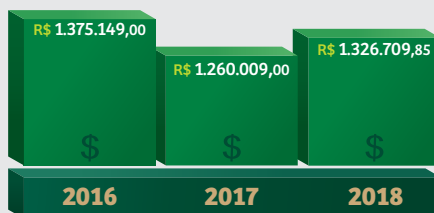
Capital Social



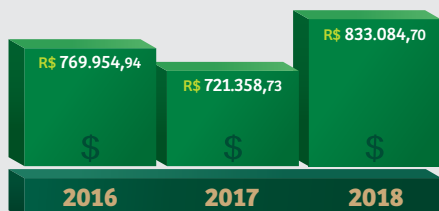
Patrimônio Líquido



Carteira de Empréstimo



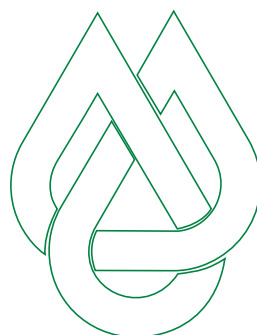
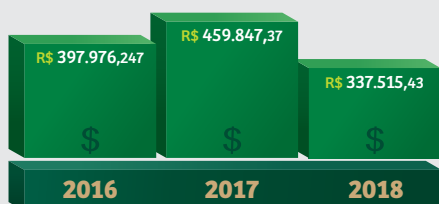
Total Emprestado



Depósitos à Vista



Depósitos à Prazo



ACÇÕES PREVISTAS PARA 2019



- Ampliação do número de cooperados sempre acima do proposto em nosso planejamento estratégico;
- Ampliação dos convênios já existentes;
- Elevar nosso capital social em 20%;
- Capacitação de nossos colaboradores e conselheiros.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS



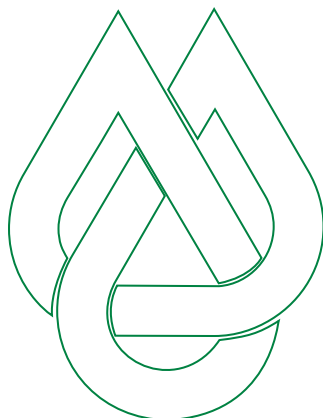
Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	31/12/2018 R\$	31/12/2017 R\$	PASSIVO	31/12/2018 R\$	31/12/2017 R\$
ATIVO CIRCULANTE	1.186.047,03	1.142.003,54	PASSIVO CIRCULANTE	582.409,04	515.717,17
DISPONIBILIDADES (Caixa e Bancos)	199.543,32	42.019,31	DEPÓSITOS	352.354,07	476.502,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	743.318,28	644.925,10	Depósitos a Vista	14.838,64	16.655,59
Op. de Crédito - Setor Privado	933.844,69	721.378,53	Depósitos a Prazo	337.515,43	459.847,37
Op. Créd. Liquidação Duvidosa	(190.526,41)	(76.453,43)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	196.983,25	12.625,21
(-) Prov. P/ Créd. Liquid. Duvidosa	(190.526,41)	(76.453,43)	Outras Instituições	196.983,25	12.625,21
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	15.039,82	OUTRAS OBRIGAÇÕES	33.071,72	26.589,00
Centralização Financeira	-	15.039,82	Sociais e Estatutárias	7.503,65	270,83
OUTROS CRÉDITOS	31.220,48	347.224,87	Fiscais e Previdenciárias	8.176,34	5.448,91
Diversos	31.220,48	347.224,87	Diversas	17.391,73	20.869,26
OUTROS VALORES E BENS	211.964,95	92.794,44	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Bens Não de Uso Próprio	210.000,00	90.000,00	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	-	-
Despesas Antecipadas	1.964,95	2.794,44	Outras instituições	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	140.662,82	118.048,10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	744.300,81	744.334,47
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	89.766,42	64.136,43	Capital de Domiciliado no País	302.576,29	197.882,07
Op. Crédito - Setor Privado	131.467,09	64.509,54	Reserva Legal	391.055,04	546.452,40
(-) Prov. P/ Operações de Crédito	(41.700,67)	(373,11)	Sobra/Perdas Acumuladas	50.669,48	-
INVESTIMENTOS	15.724,06	13.724,06			
Ações e Cotas	15.724,06	13.724,06			
IMOBILIZADO DE USO	35.172,34	40.187,61			
Outras imobilizações de Uso	128.304,85	127.739,85			
(-) Depreciações Acumuladas	(93.132,51)	(87.552,24)			
Gastos de Organização e Expansão	8.678,33	8.678,33			
(-) Amortização Acumulada	(8.678,33)	(8.678,33)			
INTANGÍVEL	-	-			
Gastos c/ Imóvel de Terceiros	-	-			
(-) Amortiz. Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.326.709,85	1.260.051,64	TOTAL DO PASSIVO	1.326.709,85	1.260.051,64

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis"

Osmar Hernandes Muniz
Diretor Presidente | CPF.: 048.225.418-19

Fábio Gomes Carletti
Contador CRC 6.450/ES | CPF: 930.336.727-87



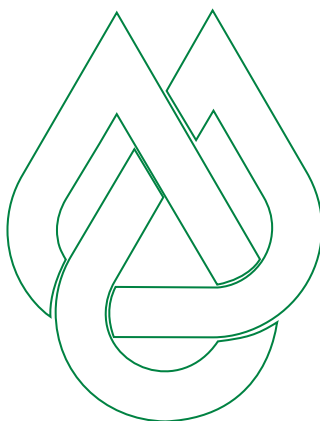
Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS (EM 31/12/2018)			
DISCRIMINAÇÃO	2 ° Semestre/18	Exercício/18	Exercício/17
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	272.208,75	517.239,27	477.048,95
Operações de Crédito	272.208,75	517.239,27	477.048,95
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.331,45	(59.175,37)	(122.129,27)
Operações de Captação no Mercado	(24.165,15)	(50.862,55)	(47.522,90)
Operações de Empréstimos e Repasses	(45,16)	(121,86)	(300,28)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	27.541,76	(8.190,96)	(74.306,09)
Despesas	(46.947,25)	(134.390,48)	(125.544,27)
Reversão de Provisões	74.489,01	126.199,52	51.238,18
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	275.540,20	458.063,90	354.919,68
OUTRAS RECEITAS /DESPESAS OPERACIONAIS	(202.545,61)	(398.452,74)	(454.715,08)
Receitas de Prestação de Serviços	37.318,58	55.656,73	36.957,00
Despesas de Pessoal	(64.203,77)	(136.239,35)	(215.461,87)
Outras Despesas Administrativas	(152.881,14)	(305.594,28)	(286.570,26)
Despesas Tributárias	(2.327,78)	(2.654,99)	(4.647,06)
Outras Receitas Operacionais	-	16.777,50	50.000,00
Outras Despesas Operacionais	(20.451,50)	(26.398,35)	(34.992,89)
RESULTADO OPERACIONAL	72.994,59	59.611,16	(99.795,40)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO DAS SOBRAS	72.994,59	59.611,16	(99.795,40)
Imposto de Renda	-	-	-
Contribuição Social	-	-	-
SOBRAS LÍQUIDAS	72.994,59	59.611,16	(99.795,40)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	-	-	-
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	-	(8.941,68)	-
(-) FATES	-	(2.980,56)	-
(-) Fundo de Reserva - conforme Estatuto	-	(5.961,12)	-
SOBRAS/PERDAS LIQUIDAS	72.994,59	50.669,48	(99.795,40)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis"

Osmar Hernandes Muniz
Diretor Presidente | CPF.: 048.225.418-19

Fábio Gomes Carletti
Contador CRC 6.450/ES | CPF: 930.336.727-87



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Comerciantes do Vestuário, Confecções e Rochas Ornamentais – CREDSUL – pelos seus membros abaixo assinados, face aos resultados das reuniões de verificação do exercício inspecionado, e da apreciação dos documentos componentes do balanço patrimonial e demonstrativo de resultado do exercício, o caixa e os demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31/12/2018, declaram que os números refletem o resultado das operações, podendo ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Cachoeiro de Itapemirim, ES, 22 de Janeiro de 2019.

Edmilson Pecin

CPF: 015.258.607-55

Andrea Alves da Rocha Moreira

CPF: 020.409.124-10



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS COMERCIANTES DE
VESTUÁRIO, CONFECÇÕES E ROCHAS ORNAMENTAIS - CREDSUL
Rua Bernardo Horta, nº 312, 2º Andar, Guandú
Cachoeiro de Itapemirim - ES
Cep. 29.300-794

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS COMERCIANTES DE VESTUÁRIO, CONFECÇÕES E ROCHAS ORNAMENTAIS - CREDSUL, doravante denominada “Cooperativa”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS COMERCIANTES DE VESTUÁRIO, CONFECÇÕES E ROCHAS ORNAMENTAIS - CREDSUL, e o desempenho de suas operações, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião com ressalva

- a) De acordo com os arts. 2º e 3º, da Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do Conselho Monetário Nacional, a administração da Cooperativa é responsável pela classificação das operações de crédito nos níveis de risco correspondentes, observando-se critérios consistentes e verificáveis, e amparada por informações internas e externas em relação ao devedor e seus garantidores e à operação. Além disso, a classificação de operações de crédito objeto de renegociação deve ser mantida, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificada, admitindo-se classificação adversa caso haja amortização significativa ou fato novo relevante que justifique a mudança de nível de risco. Como resultado de nossas análises constatamos: (a) operações de crédito de responsabilidade de dois tomadores pessoas jurídicas classificadas em nível de risco incompatível com o efetivo risco apresentado pelos tomadores no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil (SCR). Para os dois casos, a Cooperativa deve constituir provisão complementar de R\$ 75.617,95; e (b) operações de crédito objeto de renegociação de responsabilidade de dois tomadores pessoas físicas classificadas em categoria de menor risco, resultando na necessidade de complemento de provisão de R\$ 17.749,63, pelo menos. Em decorrência desses casos, o saldo de R\$ 232.227,08 da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (nota explicativa 4) demandava complemento de R\$ 93.367,58. Consequentemente, o resultado do exercício e o Patrimônio Líquido estavam superavaliados em igual montante.

- b) O saldo de R\$ 210.000,00 registrado na conta Outros Valores e Bens (nota explicativa 07) se refere a bens (terrenos e outros) recebidos em dação de pagamento de dívidas de mutuários da Cooperativa. De acordo com o Cosif 1.10.2.5, “a”, “b” e “c”, e Circular BCB nº 909/1985, “b”, o registro contábil do valor do bem recebido nessa condição deve se fundamentar em laudo de avaliação elaborado por perito ou empresa especializada com indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruídos com documentos relativos ao bem avaliado. Além disso, até o final do ano-calendário em que foram recebidos, os bens devem ser avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, se este for menor. Em relação ao terreno, cujo saldo contábil perfaz R\$ 90.000,00, a administração da Cooperativa nos apresentou laudo de avaliação datado de 25/08/2017. Todavia, o profissional corretor de imóveis que emitiu referido laudo não está inscrito no Cadastro Nacional de Avaliadores Imobiliários (CNAI) e, conseqüentemente, o laudo apresentado não reúne os requisitos necessários para avaliação mercadológica do bem, previstos na Resolução-COFECI nº 1.066/2007. Além disso, não foi realizada sua análise de recuperabilidade no exercício de 2018. Quanto aos outros bens, que somam R\$ 120.000,00 contabilmente, não estão amparados por laudo de avaliação e tampouco foram submetidos à análise do valor recuperável em 2018. Portanto, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse concluir pela adequação ou não do citado saldo.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017

As demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas neste relatório para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, datado de 19 de abril de 2018, continha opinião adversa em função de: (a) inobservância da regra de arrasto na classificação de operações de crédito; (b) ausência de classificação e provisionamento de outros créditos com características de concessão de crédito; (c) bens recebidos em dação de pagamento de dívidas registrados contabilmente sem o amparo de laudo de avaliação; e (d) ausência de análise de recuperabilidade do saldo de outros bens recebidos em dação de pagamento de dívidas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

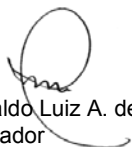
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 04 de abril de 2019.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O



Ideraldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES 009503/O-0

Rua Sete de Setembro, 13, Centro,
Cachoeiro de Itapemirim-ES,
CEP: 29.300-200.

www.cecoop.com.br/credsul

(28) 3526 - 0032

(28) 3521 - 5763



CRED SUL